SECRETARIA-EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SEL.ASSEC.

6023.2019/0002551-7

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/179/ASSEC/2019

(RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/141/ASSEC/2019)

Considerando a MANIFESTAÇÃO/179/ASSEC/2019 e que nas alegações da parte interessada na reconsideração interposta não há elementos que possam alterar a DECISÃO INTERLOCUTÓRIA /141/ASSEC/2019:

I. Fica MANTIDA a INADMISSIBILIDADE de aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao presente caso, com base no § 6º do Art. 9º do Decreto nº 58.028/17, com alteração conferida pelo Decreto nº 58.130/18;

II. Publique-se o item I;

III. Encaminhe-se a SERVIN para as devidas providências, nos termos do inciso III do § 5º do Art. 9º do Decreto nº 58.028/17, com alteração conferida pelo Decreto nº 58.130/18.

SMUL.SEC.

6023.2019/0002910-5

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/177/ASSEC/2019

Em face da documentação, das peças gráficas apresentadas e da MANIFESTAÇÃO/177/ASSEC/2019:

I. Considerada INADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto, com base nos seguintes motivos:

a. Inobservância ao Art. 59 da Lei nº 16.402/16 e à alínea 'b' do Art. 8º da Instrução Normativa nº 003/SMUL-G/2018 (ausência de documento que informe se há ou não restrições convencionais impostas pelo loteador para os referidos lotes - item 5.1 do TAR);

b. Inobservância ao disposto no item 2.3.II do Anexo I da Lei nº 16.642/17 e à alínea 'd' do Art. 8º da Instrução Normativa nº 003/SMUL.G/2018 (abertura a menos de 1,50m da divisa do lote);

c. Inobservância ao disposto no inciso I do Art. 71 da Lei nº 16.402/16 e ao inciso 'd' do Art. 8º da Instrução Normativa nº 003/SMUL-G/2018 (fachada ativa não contida na faixa de 5,00m a partir do alinhamento do lote);

II. Publique-se o item I;

III. Notifique-se a parte interessada via correio eletrônico da publicação desta Decisão;

IV. Aguarde-se 3 (três) dias para a eventual apresentação de pedido de reconsideração;

V. Não sobrevindo manifestação da parte interessada, encaminhe-se a SERVIN para as devidas providências, nos termos do inciso III do §5º do Art. 9º do Decreto nº 58.028/17, com alteração conferida pelo Decreto nº 58.130/18.

SEL.ASSEC.

6068.2019/0004224-7

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/180/ASSEC/2019

Em face da documentação e das peças gráficas apresentadas, e da MANIFESTAÇÃO/180/ASSEC/2019:

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto;

II. Publique-se o item 1;

III. Notifique-se a parte interessada, via correio eletrônico, da publicação desta Decisão;

IV. Encaminhe-se a PARHIS para as devidas providências, nos termos do inciso I do § 1º do Art. 9º do Decreto nº 58.028/17, com alteração conferida pelo Decreto nº 58.130/18.

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-3

SMUL/SEGUR-DLR

SMUL/SEGUR-3

DESPACHO DO SR.DIRETOR

2019-0.037.731-0 INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - INDES - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento CORRIDA MOVIMENTO PELA MULHER a ser realizado no ESTACIONAMENTO DA ALESP, - Data do evento: 25/08/2019, para uma lotação máxima de 1.000 pessoas.

2019-0.037.850-3 MR. GROOVE_LOUNGE EVENTOS LTDA-ME - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento PRINCE APRESENTA a ser realizado na RUA JULIO DA CONCEIÇÃO, 92 (HOTEL PRINCE TOWER), - Data do evento: 25/08/2019, para uma lotação máxima de 675 pessoas.

SMUL/SEGUR-DLR

SMUL/SEGUR-3

DESPACHO DO SR.DIRETOR

2019-0.037.550-4 UNLIMITED SPORTS PROMOÇÃO DE EVENTO LTDA - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento CIRCUITO TRIDAY SERIES a ser realizado na AVENIDA PROFESSOR MELLO MORAES, S/N (PORTÃO 02 - USP), - Data do evento: 25/08/2019, para uma lotação máxima de 700 pessoas.

2019-0.037.749-3 FLPP FARIA LIMA PRIME PROPERTIES S/A - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento FESTA DA CUMEEIRA a ser realizado na RUA LEOPOLDO COUTO DE MAGALHAES JUNIOR, 1047 - ITAIM BIBI , - Data do evento: 24/08/2019, para uma lotação máxima de 1000 pessoas.

DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

CÂMARA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

ATOS DO PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO SMDU.AOC.CTLU/011/2019

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU/SMDU, em sua 91ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2019, por unanimidade, à vista das Informações constantes no processo nº 2016-0.080.066-8 e considerando o disposto no §3º do art. 6º do Decreto nº 55.638/2014,

RESOLVE:

Fica incluído no rol das atividades, que não necessitam de edificação, o posto de lavagem de veículos não associado a estacionamento rotativo.

RESOLUÇÃO SMDU.AOC.CTLU/012/2019

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU/SMDU, em sua 91ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2019, por unanimidade, à vista da INFORMAÇÃO Nº 0218/2019/SMDU/DEUSO, no processo nº 2015-0.297.699-0,

RESOLVE:

Que os lotes 2, 3, 4, 5 e 6 da Quadra 141 do Setor 306, conforme grafados no croqui SQL atualizado em Julho/1998, estão enquadrados como Zona Centralidade, ZC, e os lotes 7 e 8 da mesma quadra, de propriedade do Município de São Paulo, estão enquadrados como Praça/Canteiro, com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo estabelecidos no Quadro 3 da Lei nº 16.402/16 para o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), de acordo com os regramentos definidos nesta lei, por se tratar de Área Pública de Uso Comum.

DESPACHO

PROCESSO: 7810.2019/0000623-8

INTERESSADO: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PEDRO MARIZ

LOCAL: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900; Operação Urbana Consorciada Faria Lima

DESPACHO SMDU.AOC.CTLU/007/2019

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU/SMDU, em sua 91ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 330 da Lei nº 16.050/14 e do artigo 24 da Lei nº 13.769/04,

Considerando que sua remoção não acarretará prejuízo urbanístico ou a paisagem urbana, pois é um componente arquitetônico isolado do edifício, que não se relaciona com os edifícios vizinhos, que foram construídos posteriormente e não foram obrigados a atender a exigência prevista na Lei nº 11.732/95.

Considerando que o edifício objeto da consulta foi implantado no centro da quadra formada pelas Ruas Miriti, Lício Nogueira, Av. Juscelino Kubitscheck e Av. Brigadeiro Faria Lima, na qual não há outros edifícios construídos.

Considerando que a área de projeção da marquise não é computável e sua remoção não acarretará modificação da área construída computável, nem da taxa de ocupação,

DELIBERA, por unanimidade, favoravelmente, à vista da manifestação da SP-Urbanismo, pela retificação do DESPACHO SEMPLA.CNLU/907/2000, emitido no processo nº 2000-0.214.544-4 conforme segue:

1. Fica excluído do item 1.j. do DESPACHO SEMPLA.CNLU/907/2000 a exigência de "marquise obrigatória na cota 3,5m de altura, em toda a frente do lote, com projeção de 3,00m sobre o recuo, dispensada nas esquinas, no recuo de frente de outra via".

2. Ficam mantidas as demais disposições contidas no DESPACHO SEMPLA.CNLU/907/2000.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

DESPACHO SMDU.AOC.CPPU/020228315/2019

PROCESSO: 6068.2019/0004227-1

INTERESSADO: MAGIC GRAPHIC PROPAGANDA LTDA.

LOCAL: AV PAULISTA, 1230

ASSUNTO: EVENTO - "EXPOSIÇÃO VAMOS TEMPERAR KITANO"

PROCESSO DOCUMENTAL

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Resolução SMDU.CPPU/20/2015 que regulamenta os elementos de comunicação visual dos eventos realizados na Cidade de São Paulo;

Considerando as informações SP-URBANISMO/PRE-SPU (020202402 / 020202629);

referente à aprovação de comunicação visual para o evento denominado "Exposição Vamos Temperar Kitano", a ser realizado na área frontal do Shopping Cidade de São Paulo, localizado à Avenida Paulista, 1230, no período de 07 a 22 de setembro de 2019, por tratar-se de evento temporário de caráter recreativo e cultural, com base na Resolução SMDU.CPPU/20/2015, não necessita de aprovação da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU os eventos que atendam integralmente o disposto na referida Resolução.

2. Mantido o interesse à realização do evento, o interessado deverá apresentar à Subprefeitura local declaração de atendimento da Resolução SMDU.CPPU/20/2015, juntamente a obtenção das demais licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

DESPACHO SMDU.AOC.CPPU/020294978/2019

PROCESSO: 6068.2019/0003004-4

INTERESSADO: EDUARDO S. L. G. SRUR EPP

LOCAL: RIO TIETÊ

ASSUNTO: INTERVENÇÃO ARTÍSTICA – "PALAVRAS"

PROCESSO INDEFERIDO

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Resolução SMDU.SEOC.CPPU/004/2016, que dispõe sobre a realização de intervenções artísticas, tais como grafite e pintura mural, em edificações e monumentos, bens públicos ou privados;

Considerando as informações SP-URBANISMO/PRE-SPU (020206358/020282013);

INDEFIRO à aprovação da intervenção artística proposta de ser realizada às margens do Rio Tietê, no período expositivo permanente, entre o "Cebolão" e a Ponte Attilio Fontana, em razão da ausência da manifestação de anuência do responsável pela área que se pretende realizar a intervenção artística.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEHAB/CMH

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 7ª GESTÃO 2018/2020

Data da Reunião: **19 de junho de 2020**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Sala 182 – Centro – SP

Aos dezenove dias do mês de junho do ano 2019, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, sala 182, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão – 2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** João Farias (Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB), Eduardo Francisco Forte Bustamante Debrassi (Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB), Maria de Fátima dos Santos (Conselheira Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (Conselheiro Sociedade Civil/APEOP), Tereza Lara (Conselheira Movimento Populares/Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Maria Esther de Sousa ((Conselheira Movimentos Populares/União dos Moradores das Vilas Antônio dos Santos, União e Adjacências – UMVASA) e Samira de Jesus Barbosa de Souza (Conselheira UMVASA). **Conselheiros (as) ausentes:** Alexsandro Peixe Campos (COHAB), Marisete Aparecida de Souza (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de São Paulo), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Movimentos Populares/Associação Movimento Sem Teto do Centro), Maria de Lourdes Zuquim (Conselheira Sociedade Civil/FAU – SP), Mônica Fátima Ziliani (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Elcio Sigolo (Conselheiro SINDUSCON-SP). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as):** Denise Antonucci (Conselheira Universidade Presbiteriana Mackenzie), Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro SCIESP – Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo). Presentes os (as) senhores (as): Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB), Antônio Marsura (SEHAB), Akika Adachi, Cristina Pimenta Nunes, Irene Alice Alves Suguiyama, Luiz Carlos Corrêa, Nilson Edson Leonidas, Sérgio Luís de Oliveira, Vanessa Padiá Souza, Thiago Mitushima e Sílvia de Mesquita R. Freitas. **Início Reunião: Sra. Ana** - O primeiro ponto de pauta é a aprovação da Ata da Reunião anterior da Comissão Executiva; o segundo ponto é a Apresentação da Revisão do Planos de Metas da SEHAB 2017/2020, e o terceiro ponto de pauta desta 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH, é a proposta da criação de um grupo de trabalho no âmbito do CMH, para estudar e debater programas habitacionais do Munícipio, tais como parceria público privada entidades, programa de locação social e outros. Então, Doutor Eduardo, o primeiro ponto de pauta é a Ata da 4ª Reunião Ordinária.

Sr. Eduardo - Ana, só queria incluir mais um quarto ponto, que não foi objeto, mas conversei hoje de manhã com o Secretário João Farias, e nós gostaríamos de pelo menos avaliar com a Comissão Executiva, que seria uma proposta da criação de um grupo de trabalho para a realização da Conferência Municipal de Habitação. **Ana** - O Grupo já existe, Secretário. O Grupo já está ativo. E como coloquei para o senhor, existiu uma demanda desse Grupo da Conferência. Esse grupo promoveu duas reuniões. Na segunda reunião ficou estabelecido quais eram os pontos que esse Grupo estava encaminhando para a Administração superior decidir a respeito da Conferência. Um dos pontos primordiais era saber se realmente o Município tem interesse em fazer essa Conferência. Qual é o tamanho dessa Conferência. Porque para estabelecer regras de delegados, etc. e tal, precisa saber qual é o tamanho dessa Conferência, se existem recursos do munícipio para serem investidos na realização dessa Conferência, porque vai exigir locação de auditório para realizar e outras providências logísticas . Quais serão os temas? O Grupo levantou uns seis temas, que coloquei numa nota técnica que o Secretário anterior disse ele ter levado ao conhecimento do Prefeito, mas não tenho essa certeza. Esse grupo propôs vários temas para serem debatidos com intenção de ser escolhido algum ou alguns desses temas. E a Administração Superior deliberaria o que seria tratado na Conferência. **Sr. Eduardo** - Então frente a esse esclarecimento da Ana, o que gostaríamos de colocar é o seguinte, que o nosso interesse é apresentar na próxima Reunião do Conselho Municipal uma proposta para Conferência Municipal. Então vamos reunir com o Grupo, ver se conseguimos finalizar o entendimento e amarrar todas essas questões para poder realizá-la. A intenção é que seja neste ano, até novembro conseguiríamos realizar a Conferência Municipal.

Mas já fica então essa informação aqui para Comissão Executiva, que a Secretaria quer acordar junto com o Conselho a realização da conferência ainda este ano, no mês possivelmente novembro para podermos realizar. **Sra. Ana** - Senhor Secretário, só uma dúvida minha: O senhor vai colocar esse assunto como ponto de pauta, apresentar para o Conselho Pleno na reunião de julho? É isso? **Sr. Eduardo** - Isso. **Sra. Ana** - Ok, faremos antes a reunião com o Grupo de Trabalho. **Sr. Eduardo** -Está bom, temos aí 30 dias para fechar a proposta. **Sra. Ana** – Aqui Secretário (mostra o slide), coloco o primeiro ponto da pauta, que é a Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva. Foi encaminhado a todos os membros da Comissão Executiva, tanto através dos Correios, como através de mensagem eletrônica. E a pergunta que deve ser feita é se alguém tem alguma objeção, algo a acrescentar nessa Ata, que tenha ficado de fora e tenha sido dito, ou se todos estão de acordo permaneçam como estão e ela estaria aprovada. Não dá para ler porque está muito pequenininho, mas ele fica projetado na apresentação, mas todos receberam essa documentação. **Sr. Eduardo** - Alguém tem alguma correção, alteração? Então podemos considerar aprovada.

Sra. Ana - Aprovado o Item 1, a Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH. O segundo ponto, Secretário, é apresentação que o senhor fará sobre a revisão do Plano de Metas da SEHAB 2017/2020.

Sr. Eduardo - Eu gostaria de saber se as pessoas receberam. **Sra. Ana** - Sim, eu mandei por mensagem eletrônica, não foi pelos Correios porque naquele momento não se tinha disponível, mas foi enviado a tempo a todos por mensagem eletrônica. E se alguém quiser nós temos copias do documento aqui na sala, ali na mesa à minha direita. **Sr. Eduardo** (inicia a apresentação)- Então vamos lá, primeiro essa é a proposta foi reapresentada pelo Prefeito Bruno Covas, alterando os objetivos gerais para 2019. São três eixos, 36 objetivos estratégicos, 71 metas isso é dentro do quadro geral do Programa de Metas para esse biênio. Na verdade os três eixos, pode passar para o próximo slide. É CUIDAR, PROTEGER, INOVAR, eu não vou me debruçar muito sobre eles, mas no Cuidar tem duas metas vinculas à SEHAB, e no Cidadão. PROTEGER tem três metas vinculadas à COHAB, na gestão. Na parte de INOVAÇÃO não foi colocada nenhuma meta para Secretaria. Na meta vinculada à SEHAB no eixo CUIDAR, nós temos o objetivo estratégico 10, que são desdobradas em duas metas, o 10.1 e o 10.2, que depois vamos especificar. E no eixo PROTEGER, objetivo estratégico 18, tem três metas, o objetivo estratégico 18, 19 e 20, que também vamos detalhar na apresentação. Próximo slide, vamos começar na questão de OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: desocupar prédios públicos, entroncamentos e vias arteriais e marginais, responsabilidade da Secretaria Municipal da Habitação. Tem dotação orçamentária desdobrada em 50 milhões, fontes de Outros Recursos, os Fundos e Governo Federal. E custeio, 34,8 milhões, totalizando, 85,8 milhões, vamos dizer 85 milhões de reais. Nessa meta 10.1: Desocupar 17 prédios para fins de habitação popular de interesse social, nós já fizemos uma definição desses 17 prédios para o biênio de 2019/ 2020, e vamos iniciar um processo inclusive de debate. É uma das questões que estamos propondo para o Conselho da questão do projeto de locação social, porque a ideia é a desocupação dos 17 prédios, para fazer retrofit e o restabelecimento da demanda que seriam os próprios moradores, por projeto de locação social. Isso ainda não está plenamente definido dentro da Secretaria, do que seria esse projeto de locação social. E a nossa disposição é discutir aqui com o Conselho, se possível nós fazemos uma legislação específica municipal para questão da alocação social. A meta 10.2, desmontar 14 ocupações de entroncamento de vias arteriais marginais, uma meta que foi bastante debatida com o Governo Municipal, porque exatamente caracterizado o que se trataria essa questão de desocupação de via pública. Nesse debate nós levantamos 10 áreas já para discutir com o Governo. Temos um grupo, constituímos um grupo Inter Secretarial para debater como seria esse procedimento, vamos ter a primeira reunião ainda na tarde de hoje. E a idéia com o governo é caracterizar exatamente aquelas que estão vinculadas a Secretaria de Habitação, não confundir com outros programas que existem da SMADS, ou atendimento de situação de moradores de rua, mas que tem exatamente caracterização de núcleo habitacional. Então as fontes de recursos também, parte delas vão ser o programa de desocupação com atendimento e auxílio aluguel, e os recursos viriam, seriam originários no atendimento e no convenio que nós vamos realizar com a CET. Então não estariam tão alocados aí, nós estamos dimensionando exatamente o volume desses recursos e posteriormente informamos também ao Conselho. Aqui na questão dos prédios, aqui estão regionalizados, para esse ano nossa proposta são sete prédios da região do Ipiranga, basicamente são os sete da SABESP. E as outras metas nós estamos ainda discutindo com os movimentos, mas já estão definidos a priori e devemos apresentar um quadro completo a partir desse debate que nós vamos realizar com cada uma dos Movimentos envolvidos nessas edificações. A grande concentração é no centro, onde nós temos nove dos 17. Esse é o nosso Projeto de Regularização Fundiária, já estamos com 116 milhões de investimentos, mais a fonte de outros recursos 93.7 milhões, totalizando 210 milhões. Na LOA deste ano já está sendo colocado um volume um pouco maior para que possamos chegar na meta de 160 mil procedimentos de regularização fundiária. Nós achamos que é possível chegarmos à entrega de 80 mil títulos e os outros estariam em outros procedimentos dentro da Secretaria, titulação da terra, outras questões que teríamos que avançar, mas a ideia é chegar a esse número de 160 mil, que é um desafio bastante grande porque nós entregamos no primeiro biênio para 51 mil famílias. Então é quase que triplicar a meta, é triplicar a meta do que foi realizado nesse biênio. Próximo slide: aí está regionalizado, tanto a demanda que já foi atendida, como também o que nós pretendemos entregar no biênio. Próximo slide: beneficiar a população com unidades habitacionais, a meta são de 21 mil unidades habitacionais, os recursos estão disponibilizados ali totalizando 1 bilhão 456 milhões de reais.

E agora o próximo, em 2019, o próximo slide nós pretendemos entregar já 13 mil, nós pretendemos entregar agora neste ano, finalizar e os restantes 7.400 nós entregaríamos em 2020. Antes aqui queria anunciar a presença do nosso Secretário João Farias, para responder todas as dúvidas de vocês. Promover a urbanização integrada em assentamentos precários, essa é uma meta que encontramos bastante dificuldade porque os custos são muito alto dos contratos, os contratos são de 2010/2011 a grande maioria deles, os recursos que seriam aportados pelo Governo Federal basicamente não existe mais para poder custear esses empreendimentos, e também os reajustes são bastante elevados, toda obra que vai ser executada. Então nós pretendemos manter a maior parte dos contratos em curso, mas estamos fazendo um processo de revisão e discussão com as empresas para poder avançar mais rapidamente nas obras em que são prioritárias no ponto de vista da execução do orçamentário nossa. Então esse ano nós estamos com 686 milhões, e o atendimento desse biênio é para 5.353 famílias. Aí estão essas metas de famílias regionalizadas, do que foi atendido em 2017, 2018 e no próximo biênio. Por que resolvemos aqui fazer essa apresentação para o Conselho? Existe uma alteração bastante profunda dentro desse momento que passa o país e das diretrizes do atual Governo Federal em torno das políticas habitacionais, e em particular com relação à HIS e particularmente por faixa 1. Então nós quisemos dar uma panorâmica para o Conselho de quais seriam as prioridades nossas nesse período. E ao mesmo tempo mostrar claramente de onde estariam as prioridades desse próximo biênio, onde vamos concentrar efetivamente o recurso. Isso logicamente traz uma dificuldade do atendimento de novas demandas, e no atendimento de emergências que ainda vamos ter nesse período. Então a ideia, é que pelo menos os participantes do Conselho, e nós temos discutido isso com todos os movimentos, tivessem clareza onde vai estar os recursos da Secretaria, e onde estão as prioridades que vamos atender, essa foi a primeira questão que nós levou a fazer esse debate. A segunda, é que o esforço da Secretaria, apesar de estar faltando recurso é de que não paralisasse os projetos em andamento, já que você tem uma quebra grande em programas importantes, você tinha o Minha Casa Minha Vida - Entidades, que é um programa que minguou os recursos, vários programas em curso. E também a ideia de que vamos lançar iniciativas que não tem o caráter, como foi, por exemplo, o debate do PPP, que não tem o caráter de substituir, o que era o Minha Casa Minha Vida 1, mas são um conjunto de ações para mitigar no âmbito do município a demanda e os problemas que existem com relação a questão particularmente da faixa 1. Então isso daqui é mais um cenário, porque isso vai ajudar no debate e no entendimento de onde vão estar as prioridades nossa, nesse período. Tudo bem? Então está aberto para perguntas. Você pode falar o nome. **Sra. Esther** - Boa tarde a todos, eu me chamo Esther, sou Conselheira representante das Entidades (Movimentos Populares) Duas dúvidas, em relação aos recursos, quando se fala em "outros recursos" o senhor acabou de dizer que para desocupar os prédios seria um recurso talvez da CET, mas para regularização de onde viriam esses recursos? Outros recursos, para entrega de unidades, para organização e assentamento. De onde viriam? Porque está só escrito aqui que seriam outros recursos que complementariam essas verbas. E em relação ao item em São Mateus, está dizendo lá que vão ser entregue 2.343 unidades, gostaria de saber se essas unidades já estão contabilizadas, os que estão em andamento desde o ano passado, lá têm várias unidades no Forte do Ribeira, Forte do Rio Branco, várias unidades sendo erguidas. Se essa contabilidade de 2.343, são já contando com essas unidades que estão lá. Acho que é só isso por enquanto, obrigada. **Sr. Eduardo** - Então é na regularização. **Sra. Esther** - Unidades entregues na região de São Mateus. **Sr. Eduardo** - As entregues? **Sra. Ana** - No objetivo Estratégico 19. **Sra. Esther** - E quando se fala recursos, outros recursos de onde viriam, que o senhor falou apenas do da CET, que seria para o primeiro item, que era desocupação dos prédios. **Sr. Eduardo** - Não, CET, só para tirar essa dúvida, CET é com relação aos entroncamentos. **Sra. Esther** - Só lá no primeiro. Não é? **Sr. Eduardo** - Só no primeiro. **Sra. Samira** - Samira, Conselheira pelo IAB-SP. Acho legal conseguirmos ver como está o andamento, achei uma boa apresentação. Fico com um pouco de dúvida porque a maioria das metas, elas estão longe de serem cumpridas. Por exemplo, você pega a regularização fundiária, foram 50 mil, a meta é de 160. Quando pega a meta de unidade está em 4 mil, e vocês falam 21 mil. De assentamento precário de urbanização também, de 4 para 21 mil, mas vocês dizem que a princípio essa é a prioridade e que ela está em andamento para ser cumprida. Só pegando, deixa-me voltar aqui porque eu fui anotando, por exemplo, essa dos entroncamentos que vocês dizem que vão tirar 14 ocupações. Alguma é emergencial, urgente? Porque não entendo porque vai fazer isso se não tem recurso para unidade e que vai colocar mais gente no auxílio aluguel, não entendo qual seria essa prioridade, disso ser uma meta, eu queria só realmente entender, porque tem uma meta dessas se não tem recursos para fazer uma política habitacional de verdade. Aqui do outro, da desocupação de prédios, vocês colocaram que vão ser as 17, que 7 são da SABESP, e seria mais nove da Sé e mais uma da Mooca. Se pudesse apresentar para nós, talvez eu acho que vocês não devem ter essa informação aqui hoje, mas eu acho que poderíamos detalhar um pouco mais para podermos também acompanhar melhor, saber quais são essas ocupações que seriam, também se quiser depois eu posso passar uma pautinha para próxima, eu adoro sistematizar isso. Agora da titulação fundiária eu não entendi, são 160 mil, e aí eu tinha entendido alguma coisa de 80 mil. **Sr. Eduardo** - Porque são procedimentos de regularização fundiária. **Sra. Samira** - Que vão ser entregues 80 mil títulos. **Sr. Eduardo** - 80 mil títulos. **Sra. Samira** - E os outros 80 mil vão continuar em processo? **Sr. Eduardo** - Que já vamos definindo e apresentando quais são no curso do controle do plano de metas, mas os que serão titulação, aí estão considerando 80 mil. **Sra. Samira** - 80 mil que vão ser entregues? **Sr. Eduardo** - 80 mil que novas entregas. Já temos sete mil em mãos para entregar, entregamos mil na semana passada. **Sra. Samira** - Entrega de titulo é ótimo. E das unidades, só para entender, eu acho que vocês até já falaram, são 21 mil a entrega, aí vocês falaram que são 13 mil até o final do ano. Vocês tem a listagem dos empreendimentos que vão ser entregues esse ano para totalizar esse 13 mil? Que também seria outra coisa interessante sabermos caso a caso. Deixa-me ver se eu tenho mais alguma anotação aqui. E da urbanização também, porque a meta está bem longe, e isso eu queria entender também como vocês vão chegar na meta faltando mais de sei lá 70% da meta, mas era isso. Porque assim olhamos, para mim o que aparece só é assim, vocês estão longe de atingir a meta. Então eu acho que seria mostrar para gente conseguir entender se está longe ou se a coisa está andando e pelo número assustamos de que está muito longe mesmo da meta. **Sr. João Farias** - Então me deixa falar um pouquinho e depois o Dudu (Eduardo) pode complementar. De fato quando se apresenta assim, até eu me assusto, se você vai na regularização fundiária e onde nós estamos hoje, no primeiro momento que você olha de fato chama essa dúvida, mas nós construímos o plano de metas em cima daquilo que os departamentos da Secretaria que cuidam de cada área eles estabeleceram como seguro no que diz respeito ao seu cumprimento. Você pega, por exemplo, da fundiária se é verdade que o número até o mês passado é bem baixo, eu não tenho dúvida nenhuma que até setembro o

número vai ser significativamente bem alto, porque nós vamos com muita coisa praticamente pronta para entregar de titulação, que não entrou ainda como entregue porque faltam pequenos detalhes de acerto com o cartório de documentações, de matricula. Enfim, mas nós temos um volume alto já avançado com os cartórios de regularização fundiária de várias áreas. Então de todas as metas inclusive a que mais me deixa tranquilo hoje, que a gente não vai ter dificuldade em bater é a questão da fundiária porque de fato tem muita coisa bem avançada, e o pessoal está se esforçando bastante. Em relação às unidades habitacionais, o nosso Diretor de Obras está aqui ele pode falar um pouco como está a evolução, a tendência é que muita coisa termine ainda este ano, das 21 mil que nós pretendemos entregar, nós temos várias inclusive que estão praticamente prontas e não foram inauguradas ainda porque está no processo de entrega de dossiê para Caixa Econômica Federal. Então tem toda aquela burocracia da caixa aprovar o dossiê, fazer o contrato, para a partir daí podermos fazer a entrega da chaves. E só entra na meta para nós quando entregarmos a chave, então a unidade não basta só estar pronta, tem que ter sido finalizado o processo de entrega daquelas unidades para aqueles que foram beneficiados, mas devemos até o final de agosto por exemplo, entregar aí aproximadamente 2 mil unidades que estão praticamente prontas e que estão em fase final de aprovação de dossiê na Caixa Econômica. A questão dos encontramos os entroncamentos é verdade que nós temos a meta de 14, porém nós estamos construindo ainda, um cronograma de execução dessas metas haja vista que a nossa preocupação é atuar de fato onde existe hoje eminente perigo, porque a maioria absoluta desses entroncamentos ele invadiu o passeio público e invadiu a pista. Vou dar um exemplo, bastante conhecido que é da Diogo Pires ali na região do Jaguaré, você tem ali uma ocupação grande que tomou conta da via que coloca em risco iminente as pessoas que estão nessa ocupação e que inclusive conseguiu paralisar uma obra nossa que também foi ocupada de unidades habitacionais que estão sendo construídas naquele local. Então os critérios de desocupação estão sendo muito estabelecida entre Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria de Trânsito lógico junto com o Departamento de CET e Defesa Civil no sentido de você avaliar o grau do risco daquelas ocupações, é uma meta que ainda eu tenho dúvida se conseguiremos atingir na sua totalidade até 2020 porque tem também essa preocupação sua é nossa, de não ter hoje uma proposta objetiva do ponto de vista de atendimento para essas famílias, o que está se discutindo hoje por enquanto é o auxilio aluguel nos locais que eventualmente se estabeleça necessidade iminente de retirada. Então nós estamos ainda no processo de maturação da construção dessa ação. A questão da urbanização é mais complexa, porque estamos falando de intervenções extremante delicadas, que vai muito além da questão de produzir unidade habitacional, nós estamos falando de urbanização em geral, de contratos. Hoje que deveriam receber recursos do Governo Federal e não recebem estão sendo alimentados com recursos do FMSAI e do FUNDURB para que eles não tenham a sua paralisação na sua totalidade efetivada, são contratos caríssimos para o Município, porque são contratos antigos e por serem contratos antigos eles tem um alto custo de reajuste contratual que a Secretaria não tem como fugir. Então quando você coloca recurso, vou dar um exemplo aqui, você tem em média um corte do ponto de vista de recursos objetivos para o serviço de quase 40%, esse recurso vai automaticamente para o reajuste contratual.

É evidente que esses contratos para ter sua finalização e atingir o que nós pretendemos precisa ainda de termos no Governo Federal um diálogo no sentido de voltar a vim recursos, ou de se garantir recursos que foram prometidos lá no futuro quando a elaboração desses contratos. Se você pegar o número inclusive de recursos colocados na urbanização de verificar no final o número de famílias atendidas, você vai ver que é um número pequeno pelo tamanho de dinheiro que você está gastando, e para você entender isso precisa se aprofundar em cada obra para entender de que ela é extremamente complexa, nós estamos falando de construção de galerias fluviais, de canalização de córrego, de galeria, de drenagem e muitos de asfalto, esgoto, iluminação. Ou seja, são reurbanizações que encarecem tempo e recurso, hoje os recursos de fato são poucos, porque eles são exclusivos provenientes da Prefeitura municipal através dos nossos fundos, do FMSAI e do FUNDURB, por isso inclusive o que nós estabelecemos para meta em 2019/2020 são números modestos em relação ao número de pessoas beneficiadas quando do término dessas obras, que aí é um número extremamente maior, extremamente significativo, mas que não dá para atingir nesse momento porque falta recurso, temos contrato aí que tem recurso para tocar até setembro, outubro, muitos desses carecem de remoção e quando você tem remoção no processo a obra ser mais lenta porque algumas pessoas resistem em sair de forma pacífica, há necessidade da Prefeitura pedir reintegração de posse, fazer desapropriação da área.

Então consequentemente é uma meta que você tem mais dificuldade de atender com um número mais expressivo de pessoas beneficiadas, mas até o final da gestão nós estamos falando aí de pelo menos atender 10 mil famílias, que é um número relativamente significativo para quem vive nas regiões onde está sofrendo essas intervenções. Em relação aos empreendimentos que estão em obras, eu não sei se a Arika tem fácil aí ou de memória, porque a Arika é um computador em relação a isso, então eu podia dar uma geral, mas se ela tiver fácil a gente podia passar, são vários que estão em andamento, alguns que terminam esse ano e outros que terminam o ano que vem. **Sra. Arika** - Da produção, não é? Das unidades. **Sr. João Farias** - Da produção, das unidades. **Sr. Eduardo** - Só para entender um pouco mais o que são essas metas, nós passamos o mês de maio em um trabalho intenso na Secretaria com todos os departamentos, fazendo uma conferencia exata do que estava sendo realizado nos últimos anos, e isso envolve não só a atual gestão, mas gestões anteriores, em que estágio estava cada um dos empreendimentos e onde tinham certos gargalos, além do gargalo financeiro. Então por exemplo, na regularização fundiária, isso daí é a finalização de um processo que é anterior, já existe um esforço grande desde a gestão passadas em torno dessa questão e que agora a gente foi ver exatamente como maximizar, nisso daí nós acabamos de fechar, por exemplo, um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria do verde e meio ambiente, nós estamos retirando todos os processos da CETESB e trazendo dentro da nova lei federal, trazendo para o âmbito de município. Então nós vamos fazer os estudos ambientais, dentro da Secretaria conjuntamente com a Secretaria do verde e meio ambiente, para poder chegar no patamar que é possível fazer a titulação da terra dos empreendimentos. Então nisso vamos ter um ganho, bastante significativo de tempo, em relação à situação anterior, esse termo se beneficiando do que a lei possibilitou do que São Paulo possa tratar diretamente através, por ter uma Secretaria que tem Conselho e que tem condições técnicas de fazer esse estudo no âmbito de Município, e não só ficar mais na mão da CETESB e todo mundo sabe que é um processo demorado, não pela competência dos técnicos, mas pelo volume que existe de problemas ambientais no Estado de São Paulo e que a CETESB tem. A Dona Tereza aqui, estamos resolvendo o dela também, já para na CETESB, vamos resolver. A outra coisa que nós estamos fazendo também é uma Portaria que a primeira normatização que vai ser feita é que a nossa proposta é assinar na reunião do dia 28, junto com o Grupo Técnico que nos ajudou na elaboração da Portaria e que vai nos tomar algumas definições e nós ajudar bastante no âmbito dessa questão. E nessa meta que estamos colocando de 170 mil procedimentos e 80 mil títulos, está é apenas a questão do REURB-S e da COHAB, regularização da COHAB de alguns empreendimentos. E nós não estamos colocando na meta o REURB-E. E estão surgindo vários empreendimentos aqui na cidade de São Paulo, de pessoas interessadas em entrar com um processo, isso não está na meta, mas vai entrar um conjunto bastante grande a partir dessa normatização de REURB-E, que é o que os proprietários, as pessoas da área, elas mesmas fazem, pagam os estudos e pagam as matrículas.

Então isso vai gerar também um movimento expressivo na cidade, algumas empresas inclusive, acessórias já estão nos procurando em torno dessa questão, e isso vai estar normatizado dentro do trabalho que foi feito no Grupo Técnico, e que vai ser assinado pelo João na reunião do Conselho Municipal da semana que vem. Então acho que temos que ver isso não como uma fotografia, quer dizer, isso aí é um filme que vinha correndo dentro, nós estamos fazendo um ordenamento mais criterioso, também potencializando ações, e potencializando as equipes e dando uma organização. E esses números estão sendo produzidos desse resultado, do que efetivamente estava em condições de ser feitos. Então apesar dos números serem, como diz o João, assustadores, estamos achando-os factíveis de serem feitos dentro da ação da Secretaria nesse biênio que vem. O pessoal está ficando até tarde, nas áreas tudo, então já estamos contando com uma colaboração muito grande também das equipes aqui no âmbito da Secretaria para que esses objetivos sejam atingidos. **Sr. João Farias** - Vou passar aqui para vocês os empreendimentos que vão ser entregues em 2019. Nós temos para entregar em 2019, e será entregue ainda este ano, Espanha, Parque dos Búfalos são 300 unidades; um outro condomínio também no Espanha, que é o Lote B do Parque dos Búfalos 260; na Água Espraiada 44 unidades; outro condomínio no Ibiza, no Parque dos Búfalos 260, no Espanha também, no Espanha mais 280.

Sra. Samira - Esse último que você falou do Espanha? **Sr. João Farias** - Parque dos Búfalos lote 12, condomínio Vitória. **Sra. Samira** - Quantas unidades? **Sr. João Farias** - 280. Também Parque dos Búfalos condomínio Valença, 280; Heliópolis Sabesp II, 120; o Safira Savoy, 53 condomínio I, 150; Safira II, Condomínio II, 251, aqui é em Itaquera, Zona Leste. O Safira III, 251 unidades também; o Safira IV, 300 unidades; o Campo das Pitangueiras em Ermelino Matarazzo 89, que entrega este ano. Ponte Baixa na M Boi Mirim, que é na Guido Caloi, 280; Caraguatatuba D em Itaquera 180; Augusto Amaral na Freguesia do Ó, Brasilândia 300; o São Carlos A em Guaianases 300; São Carlos B também em Guaianases 300; o Academia no Itaim Paulista 194. Sra. **Samira** - Vi que está todo mundo anotando, passa para nós. **Sr. João Farias** - É que vocês estão anotando, eu só não dou isso aqui para vocês, porque tem uma série de informações de que não tem interesse nenhum para vocês, depois faz um só com os empreendimentos, e disponibilizamos para vocês. Sra. **Samira**- Se puderem passar depois, não precisa ser passado na reunião, é isso assim, quando vocês colocam aqui que vão ser feitas, esse quadro resumo, se vocês puderem detalhar de cada um, para gente saber quais são os empreendimentos, quais são as favelas, para sabermos. **Sr. João Farias** - Nesta daqui, salvo engano, nos que estão no nosso cronograma, são todos vinculados, ou é obra do PAC, ou é operação urbana, ou manancial, aqui não tem FDS, nesse cronograma de 2019 não tem nenhum do FDS.**Sra. Fátima** - Então só uma pergunta: O ano passado vimos uma votação neste Conselho, inclusive o senhor estava presente, onde que foi voltado também uma área, este Conselho votou que todas as áreas e todas as famílias que recebessem o auxilio aluguel fosse de volta para o portal de transparência. Teve um prazo por este Conselho de 30 dias para que umas famílias, as 400 famílias do auxilio aluguel, do Quaresma Delgado voltasse, o portal de transparência ir para área destinada que estavam indo para ele e 90 dias que voltassem todas as famílias que estavam no auxilio aluguel, no portal transparência e destinada a áreas. Isso não foi feito, foi pedido um prazo, o Conselho deu outro prazo e não foi apresentado isso para nós. E para surpresa nossa, ficamos sabendo que as famílias principalmente do Quaresma o senhor colocou, eu principalmente eu vi uma entrevista sua na CBN falando que as famílias não são vinculadas a área do parque e que não vão ser atendidas naquele empreendimento. Então precisamos saber, inclusive eu até pedi também reunião com você, para essas famílias, a União do Movimento Moradia Conselheira Marisa também pediu, ainda não está determinado. E eu queria colocar neste Conselho aqui para que revisássemos, porque nós fizemos uma votação neste Conselho, esperando que a nossa votação seja respeitada, e que nós temos que voltar nessa discussão, principalmente na Executiva aqui deste Conselho.**Sr. João Farias** - Então, vamos lá, apesar de não estar na pauta eu vou te responder, primeiro fazer uma correção, eu não participei dessa reunião do Conselho Municipal o ano passado, porque ano passado eu era Secretário Municipal de Esportes. Então eu não estava na Secretaria da Habitação, não tinha como estar participando. **Sra. Fátima** - O senhor desculpa, foi este ano, e você estava sim como Secretário Adjunto.**Sr. João Farias** - Mas eu não participei dessa reunião que teve essa votação, eu não participei de nenhuma votação que colocava famílias do Quaresma no empreendimento do PAC, até porque se fizeram isso, fizeram equivocadamente porque não pode, eu só posso remover para PAC quem está em ações do PAC. As famílias do Quaresma estavam em área de risco, e elas não estão vinculadas a nenhum PAC elas não podem ser atendidas no empreendimento do PAC, mesmo que eu quisesse, eu não poderia fazer porque não tenho autorização legal para isso. Então se o Secretário anterior, algum Diretor, algum Coordenador cometeu o equívoco e o erro de permitir que o Conselho Municipal aprovasse uma demanda que não pode ser concretizada na prática, cada um que responda pelos seus atos. Na minha gestão posso garantir que não vou permitir que qualquer ilegalidade ou qualquer promessa mentirosa saia daqui sem depois ter condições efetivas de ser praticadas. O que ocorreu em relação ao Parque das Flores e ao Empreendimento Chafariz de Pedra, ele está praticamente pronto para ser entregue. A operação Urbana na região no Aricanduva do Parque das Flores está atrasada, o cronograma deles não acompanhou o cronograma de construção dos apartamentos. Ou seja, tenho unidades para serem entregues e não tenho famílias para ocupar essa unidade porque o Parque das Flores é chave é a chave, derrubo a casa da pessoa, ela pega e entra num unidade habitacional. O que a Secretaria da Habitação fez? E essa decisão é uma minha, assumo total responsabilidade por ela. Para não ficar com unidade vazia, pronta, correndo a iminência, o risco imediato de ser invadida, de ser ocupada, ter que gastar dinheiro com segurança. Nós fizemos uma solicitação para a Caixa Econômica Federal, porque é previsto isso no contrato do PAC, pedindo a vinculação das famílias do São Francisco que estavam aguardando para serem atendidas em outro empreendimento, que ainda está em obras e deve ter o seu término em 2020, que elas fossem transferidas para o Chafariz porque elas também são de uma obra do PAC e eu posso fazer isso, desde que seja de um PAC para outro. Com isso adianto o atendimento das famílias do Jardim São Francisco, que tem gente lá esperando desde 2007, desde 2009, desde 2010, desde 2011, desde 2012, desde 2013. Ou seja, antes inclusive da desocupação da área do Quaresma, e essas famílias estão sendo atendidas agora, porque eu estou com unidade habitacional pronta, que só pode ser ocupada por quem tiver em alguma intervenção do PAC. E aquelas unidades habitacionais eram para utilização só do Parque das Flores, como a obra da intervenção urbana do Parque das Flores está atrasada, quando chegar no Parque das Flores na demanda que ainda tem, eles também vão ser transferidos para outra obra do PAC. Então nós fizemos um remanejamento dentro daquilo que é permitido, que é o atendimento das obras do PAC. Se existe compromisso firmado de atendimento das famílias do Quaresma Salgado em algum empreendimento do PAC, até agora na Secretaria da Habitação não apareceu nenhum documento com esse vínculo ou com essa comprovação. Achei muito estranha a matéria que foi feita da entrevista que deram na CBN, ou seja, moradores dizendo que era para atender interesse de vereador, que foi pressão de entidade ligada a vereador. Para dizer que não conheço vereador, que nunca tive com ele, por coincidência uma semana depois que saiu a matéria, ele teve uma audiência comigo para tratar de um assunto de regularização fundiária. Então foi uma decisão de meramente técnica e política, quando me chegou a informação do Quaresma fui procurar o DEPLAN para entender o que estava acontecendo. E me deparei com duas surpresas, a primeira era a informação de que tinha tido uma promessa de que eles iam ser atendidos no PAC, a segunda, de que tinha tido uma decisão do Conselho Municipal para garantir a demanda, ia ser um outro debate que podemos fazer num outro momento, mas a legitimidade e a determinação de como que vai ser atendido a demanda, é importante ter o referendo e o apoio do Conselho, mas não necessariamente quem tomou essa decisão, estabelece o Conselho Municipal, mas fiquem à vontade agora, mas só para deixar claro os motivos que fizeram que eu tenha tomado essa medida.**Sra. Fátima** - Então só para colocar, primeiramente, as famílias do Quaresma, procuraram o Conselho e fomos apurar o que tinha acontecido realmente, nas questões das famílias, realmente, as famílias estavam no Portal da Transparência e destinado ao empreendimento que eles falam que estava. **Sr. Eduardo** - Você fala, Portal da Transparência de São Paulo? **Sra. Fátima** - Antes era o HABISP e depois foi para Habita Sampa. Então eles vieram aqui no Conselho, fomos apurar realmente, eles estavam com prints, eles têm prints de onde eles estavam e falando aonde que eles estavam. Essas famílias moravam, não sei se o senhor sabe, em 2012 tem um processo administrativo da Prefeitura para remover essas famílias, porque ia passar o Parque Cipoabra. Então já está destinada com obras da Prefeitura, de remoção. Em 2014, eles também foram removidos através de uma ação do Ministério Público, porque uma parte era área de risco e uma parte era pedido da Prefeitura municipal de São Paulo, para que as famílias fossem removidas, porque ia passar esse Parque Cipoabra no local e nisso, as famílias foram removidas em 2014, mas a decisão deste Conselho não foi uma discussão do Conselho exatamente, só para as famílias do Quaresma Delgado, foi que todas as famílias que tivessem na questão do auxilio aluguel, fossem para o portal da transparência, como foi determinado pelo Ministério Público de São Paulo, e que elas soubessem e tivessem um acompanhamento, igual era antes, porque eles acompanhavam a obra, aonde eles iam morar e foi tirado do HABISP e depois do Habita Sampa, e que foi decidido neste Conselho, que eles iam retornar de volta. Então estamos cobrando uma coisa que realmente foi passado e que tem que ser respeitado sim, a decisão do Conselho Municipal de habitação e não é que o Conselho colocou ou destinou as famílias para lá, o Conselho deliberou que as famílias fossem colocadas no portal de transparência de volta, que é no HABISP e no Habita Sampa e que fosse destinada para as áreas onde eles foram retirados, só isso. **Sr. João Farias** - Vamos lá, primeiro, eles estavam no Habita Sampa e a Vanessa que é a diretora do DEPLAN, pode informar, estavam no Habita Sampa, não só elas, como tantas outras famílias, com informações equivocadas, não vou chamar de mentirosas, vou chamar de equivocadas, porque vinculava as famílias de forma genérica e vários empreendimentos. Segundo, o Habita Sampa está em processo de reformulação e participei de uma Audiência com a doutora Camila Mansur, semana passada no Ministério Público, onde nós levamos para ela todos os procedimentos que estão sendo tomados para atender um TAC, porque tem um TAC com o Ministério Público, que foi assinado em 2013, em relação a transparência na listagem de demandas da Secretaria de habitação e da COHAB e que está desde 2013 para ser cumprido e até agora não foi e posso lhe garantir que na nossa gestão será, até porque, aqui não temos nada a esconder, queremos aqui transparência absoluta, que esteja o nome de todo mundo no cadastro, sabendo qual local que vai ser atendido, quem que vai ser atendido por obra vinculada, quem que não vai ser atendido por obra vinculada, quem que vai ser atendido em demanda aberta, quem que não vai ser atendido em demanda fechada, até porque, se já tem muita conversa quando você tem as coisas extremamente transparente, você imagina quando elas não estão transparentes e como eu sei que temos que se deparar todo dia com denuncia de gente vendendo apartamento, gente anunciando venda de unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida, ter a transparência no portal, é fundamental e teremos em breve, estaremos com todo processo de reformulação do Habita Sampa pronto e nele estará de forma muito objetiva, o nome das pessoas que estão no cadastro da Secretaria de habitação e da COHAB, aqueles que estão aguardando atendimento, seja por demanda aberta, seja por demanda fechada, aqueles que recebem auxilio aluguel, aqueles que não recebem auxilio aluguel, para estar a disposição de vocês. Então isso nós estamos cuidando, em breve essa solução será dada. Em relação às famílias do Quaresma Delgado, reafirmo aquilo que já disse, não posso atender alguém que não tem direito a ser atendido naquele empreendimento e o Quaresma Delgado não pode ser atendido naquele empreendimento. A maior prova que ele não pode, são as observações que você fez, eles eram área de risco e era dentro de um projeto da Prefeitura, de intervenção urbana naquela região, que não lembro o nome que você falou agora e o Chafariz onde está indo a família São Francisco, é uma obra do PAC, só posso atender obra do PAC, quem está sofrendo intervenção do PAC e o Jardim São Francisco é do PAC. O Quaresma Delgado não é do PAC. Então se alguém lá atrás fez uma promessa para o Quaresma Delgado, que eles iam ser atendidos pelo empreendimento do PAC, este que vá lá se explicar para eles, não seria eu, porque não tenho problema nenhum em me reunir com todos os moradores do Quaresma, nenhum, para dizer muito claro, alguém lá atrás enganou vocês, pode ter certeza que não foi eu. E quem enganou vocês lá atrás, vocês tem que procurar, porque vocês saber quem fez essa promessa para vocês, quem fez não podia ter feito, porque legalmente não pode pegá-los e colocar no Chafariz de Pedra, é uma questão muito objetiva. **Sra. Fátima** - Senhor Secretário, quem coloca as famílias no portal é a Prefeitura, não são eles.**Sr. João Farias** - Não tem nenhuma dúvida, quem os colocou no portal que responda, não fui eu que os coloquei no portal, não foi a nossa gestão, com todo respeito, já que é para sermos explícitos, não foi a gestão do prefeito Bruno Covas e nem do ex-prefeito Dória, que incluiu o Quaresma Delgado no Portal como atendimento de obra vinculada como o PAC, sinto muito, não fomos nós que fizemos isso. **Sra. Fátima** - Secretário pode até não ser a sua gestão, mas acho que assim, a Prefeitura da cidade de São Paulo, colocou não só as famílias do Quaresma Delgado, como quase 30 mil famílias, vamos assim dizer, que estão no auxilio aluguel, no portal da transparência, não estamos falando de gestão aqui, quem foi, quem não foi. **Sr. João Farias** - Mas eu estou, pra mim é importante fazer essa linha de corte. **Sra. Fátima** - Estamos falando, porque estavam todas as famílias dentro do portal da transparência e com as áreas indicadas, sabendo aonde eles iriam morar, se caso houve essa questão, porque o senhor está colocando como gestão, nós não estamos colocando, estamos colocando como a cidade de São Paulo, a Prefeitura, o município de São Paulo, se caso essa gestão tirou o portal de transparência, onde famílias não sabem aonde elas vão ficar, aonde elas vão morar e o senhor está colocando que vai reformular o programa e vai colocar tudo sabendo, então o mínimo que essas famílias tem que ter, é saber aonde eles vão morar agora, porque até isso, até agora não foi falado. **Sr. João Farias** - Quem tem atendimento, sabe aonde vai morar, quem não têm, que está no auxilio aluguel, para atendimento definitivo, quando tiver o empreendimento da Prefeitura, esses de fato não sabem, agora não pense, não espere deste Secretário, uma informação mentirosa no portal, só para não ficar recebendo pressão de movimento ou muito menos, para ficar recebendo elogio de liderança de movimento, porque não funciono assim. Vou repetir, porque é importante fazer esse corte, houve sim um equivoco da gestão passada, em colocar todo mundo no portal e dizer que todo muito ia ser atendido. **Sra. Samira** - Mas João, então assim, sei que você está tentando jogar para a gestão anterior, que pode ser, não conheço direito a história do Quaresma, mas á muito delicado estarmos aqui na reunião do Conselho e você falando que não vai assumir uma decisão do Conselho, porque não era você que estava aqui, mas estamos falando ainda da mesma gestão e estamos aqui numa gestão do Conselho que tem menos de um ano e você é o terceiro Secretário que está por aqui e não sei nem se vai estar aqui na próxima. Então fica muito difícil, quem chegar, não se responsabilizar pela decisão, não estou nem falando ainda da gestão anterior, estou falando da própria gestão, porque assim, foi nessa gestão Bruno Covas, que foi decidido aqui, que eles iam voltar. **Sr. João Farias** - Então vamos lá, se o Conselho Municipal tomar uma decisão, em que o Secretário municipal tem que cometer uma ilegalidade, não vou acatar a decisão do Conselho, simples assim. Esta decisão de atender o Quaresma Delgado no PAC é ilegal, ela é proibida, não posso fazer isso. Vou repetir, ou esta ou qualquer outra decisão que este Conselho venha a tomar, que não tenha amparo legal, não terá cumprimento por parte deste Secretário, espero que fique gravado e registrado, para que possamos repetir isso quantas vezes for necessário, não estou discutindo aqui de não respeitar e não atender o Conselho municipal, estou discutindo aqui, que se o Conselho Municipal, talvez sem informação e o erro de não ter a informação, é da administração, nós deveríamos ter informado o Conselho, quando da discussão, o Secretário que estava sentado aqui, falado, olha, vocês não podem votar isso, porque esse pessoal aí, não pode ir para lá, porque esse pessoal não está vinculado a obra do PAC. Vou aqui me penitenciar, falar, vocês estão cobertos de razão em fazer essa cobrança, de fato, quem estava aqui ou quem conduziu, conduziu de forma equivocada. O que estou fazendo aqui, usando a maior sinceridade do mundo, mesmo que quisesse, não poderia atender o pleito, porque esse pleito é impossível de ser atendido, porque ele não respeita as regras estabelecidas pela Caixa e pelo ministério da cidade na época da implantação do PAC. **Sra. Samira** - Então acho que essa gestão precisa ter um pouco mais de responsabilidade com este Conselho, porque mandar gente despreparada aqui, para fazer uma decisão e depois voltar atrás, não vai dar, se não, é palhaçada, sendo que o que estamos conversando aqui também, não vai ser respeitado na próxima ou o próximo que estiver sentado aí, não vai respeitar o que você falar? Então acho que assim, estou falando da mesma gestão, entendo você falar que não vai cumprir, assim, tem as suas coisas, mas a gestão que tem que ser responsável. **Sr. João Farias**- Temos que nos penitenciar, me penitencio no que se diz a respeito a este erro, errar é humano. **Sra. Fátima** - O senhor acabou de falar Secretário, não só esse, mas qualquer outra que o senhor achar que não é de acordo, não vai ser respeitado, o senhor acabou de falar isso, então assim, estamos na gestão de um único prefeito, escutei o senhor falar, o senhor é o terceiro Secretário, Fernando, o Aloísio e agora. Então o senhor quer dizer, que se daqui a 2 meses ou 3 meses, o Prefeito trocar novamente o Secretário, não vai ser respeitado a sua decisão, é isso que estão nos colocando para nós, se voltarmos alguma coisa que o outro não achar de acordo, não vai ser respeitado. É isso? **Sr. João Farias** - Então vou falar para você novamente e vou falar bem devagar, para ver se você entende. Eu não acato nenhuma decisão de nenhuma instância, que mande eu cometer uma ilegalidade, então vamos lá, para você entender, vou repetir novamente, ilegalidade, o que eu disse, se o Conselho tomar uma decisão que caracterize um ato do Secretário de forma ilegal, que não tem amparo judicial, que não tem amparo na lei, que não determine de forma expressa, de que não vou responder nenhum processo, porque estou cometendo uma ilegalidade, é claro que vou responder a decisão do Conselho. Agora se você quiser pegar só no fato de que eu disse que não vou cumprir a decisão do Conselho, é porque você quer fazer disputa política e estou sendo bem objetivo. **Sra. Fátima** - Não foi isso, foi o que o senhor colocou aqui, o senhor colocou isso. **Sr. João Farias** - O que coloquei, vou repetir novamente, só você não entendeu. **Sra. Fátima** - Pega a gravação, porque o senhor colocou. **Sr. João Farias** - Que ótimo, coloquei que não acato nenhuma decisão do Conselho que me obrigue a cometer uma ilegalidade, foi isso que eu disse e vou repetir para você, não acato, se for para cometer uma ilegalidade, não será este Secretário que vai assinar, com todo respeito que tenho aos Conselheiros, aos lideres de movimentos que me conhecem. É uma questão objetiva, essa questão do Quaresma, "comeu bola", é uma expressão popular, as agentes públicos que estavam conduzindo a reunião e que não deixaram claro para os conselheiros que aquele pleito não poderia ser votado, porque aquele pleito não poderia ser cumprido, simples assim, este é o erro e este erro, eu reconheço, pronto. **Sra. Fátima** - Está bom Secretário, só tem o seguinte, o senhor está colocando, é um erro, não vai ser atendido no Quaresma. **Sr. João Farias** - Não vai ser atendido no Chafariz. **Sra.** Fátima- No Chafariz, mas também colocamos naquela época que a COHAB, a Secretária de Habitação apresentasse, devido a saber que tinham todas essas questões que saiu do HABISP, não sabia, onde que seria todas as demandas atendidas, isso também não foi apresentado, porque isso também, o senhor pode colocar agora, ele não foi apresentado e atendido em tal área, em tal coisa, mas para aonde eles vão? É até por isso que pedimos a reunião com eles, para não entrar nessa respalda aqui. **Sr. Eduardo** - Olha, a informação não está precisa, a sua informação não está precisa, na última reunião do Conselho Municipal da Habitação, foi feito um ponto sobre Habita São Paulo, por decisão do Conselho, proposta da Secretaria, aprovada pelo Conselho, foi repactuada as datas e nós nos comprometemos a entregar, não só esse produto, mas um conjunto de novos produtos que vão estar dentro do Habita São Paulo, no mês, se não me engano, está aqui a Vanessa, ela que fez a apresentação e seria no mês de agosto. Então nós conversamos com o Conselho, de que os prazos que estavam anteriormente firmados pelo Conselho, nós não teríamos condições de cumprir e solicitamos que fosse feito um novo cronograma, esse cronograma foi apresentado, está sendo monitorado e cumprido e nós nos comprometemos a abrir o novo Habita São Paulo, inclusive, já com esses novos produtos no mês de agosto desse ano. Nisso vai estar contido também, todas as listagens que nós vamos precisar para a sociedade e para os conselheiros e não apenas para os conselheiros, mas para toda a sociedade e para quem quiser monitorar os atendimentos da Secretaria. **Sra. Ana** - Consta também Secretário, essa decisão que foi tomada na reunião anterior, foi publicada no Diário Oficial, através de um extrato do que foi deliberado na reunião anterior do Conselho pleno, publicado no Diário Oficial, com os novos prazos. **Sr. João Farias** - Mais alguma pergunta sobre esse assunto ou está esclarecido o Quaresma? Sra. Fátima - Não, queria uma reunião com você depois.**Sr. João Farias** - Para tratar do Quaresma? **Sra. Fátima** - Isso. **Sr. João Farias** - Está bom, mas é para tratar só do Quaresma, não é do Chafariz de Pedra? **Sra. Fátima** - Não. **Sr. João Farias** - Vamos marcar, não tem problema. Você já pediu para Graça? **Sra.** Fatima - Já pedi, faz mais de 15 dias. **Sr. João Farias** -- Está bom, acha? Já vamos sair com a data, quando sair daqui, sobe lá e já marcamos com a Graça. Gente, o que mais? **Sra. Samira** - Queria aproveitar que estamos aqui, porque na última reunião teve tanta coisa e eu tinha anotado umas questões que você tinha falado e que fiquei na dúvida, queria tirar umas dúvidas agora. **Sr. João Farias** - Vamos lá.**Sra. Samira** - Você tinha falado que tinha a intenção de mudar dentro do FUNDURB, da regulamentação do FUNDURB, você tinha falado que vocês estavam propondo de mudar a questão dos 30%, ser destinados unicamente a aquisição. Como que vocês vão fazer isso? É possível fazer? Não sou contra, só queria saber.**Sr. João Farias** - É possível. **Sra. Samira** - Porque é do Plano Diretor.**Sr. João Farias** -- Passa por uma conversa que o Executivo já está

fazendo com a Câmara, não está dado ainda que nós vamos conseguir fazer isso com a rapidez que eu gostaria que fizesse, porque eu queria usar recursos ainda este ano, mas é bem provável que consigamos que a Câmara Municipal de forma excepcional, trate dessa mudança e consigamos em 2020 estar utilizando esses recursos, não só para compra de área, porque a ideia não é deixar de comprar área, a ideia é flexibilizar a utilização desse recurso no momento de dificuldade para construção de novas unidades, por exemplo, para que ele possa ser utilizado também, por exemplo, para fomentamos a construção de conjuntos habitacionais, para eu, por exemplo, poder fazer um retrofit em algum prédio do centro, que possa ser utilizado para habitação e que está abandonado ou que está ocupado e em situação precária. Então queremos flexibilizar um pouco esses recursos, que hoje só pode ser para comprar área, nós não estamos no momento em que o nosso problema é área. **Sra. Samira** - É, já comprou bastante área também, já usou bastante o FUNDURB. Agora uma outra coisa também que você tinha falado, era que alterou, vocês fizeram um decreto para alterar o aporte de 20 mil para 30 mil por unidade. **Sr. João Farias** - Isso foi uma mudança na lei.**Sra. Samira** - Isso, qual que é esse...? **Sr. João Farias** - Essa mudança é assim, nós temos um problema, algo que era positivo e que virou um problema, que também não é problema ruim, a Prefeitura conseguiu um aporte de 200 milhões com o Santander, de empréstimo. **Sra. Samira** - Isso era a próxima pergunta.**Sr. João Farias** -- Então vou responder duas de uma vez só, este 200 milhões, quando da aprovação pela câmara é do empréstimo, ele ficou vinculado diretamente a construção de unidades habitacionais, ou seja, só posso utilizar esses recursos para aportar para construção de unidades habitacionais. Quando foi feito o empréstimo, tinha uma expectativa que não sofreríamos nenhuma paralisação do Minha casa, minha vida, que ele iria continuar andando normalmente, então para você ter uma ideia, dos 200, 70 já estavam reservados para o Copa do Povo, uma parte, que é um projeto do Minha Casa, Minha Vida Entidades, me ajuda aqui, para eu lembrar do outro. **Sr. Marsura** - 800 unidades. **Sr. João Farias** - 800 unidades e a Copa do Povo que são 2600 unidades. **Sra. Samira** - Então era para a Copa do povo... **Sr. João Farias** - Então, para esses, já inclusive, já estava depositado na Caixa Econômica Federal aproximadamente 70 milhões, que era para atender esses projetos, que estão parados, aguardando que o governo federal retome. Os outros 130 seriam colocados em projetos novos do Minha Casa, Minha Vida, que tinha expectativa de ocorrer em 2019, seja de entidades, ou seja, de algum empreendimento da Prefeitura ou da COHAB. A carência com o Santander, é até agosto. O que isso significa? Que se esses recursos não estiverem aportados ou direcionados para o empreendimento de construção de habitação de interesse social até agosto, além de eu perder o empréstimo, vago 1 milhão de multa para o Santander. Então que o nós fizemos, nós estamos tentando salvar esse recurso para a construção de unidades novas, nós mudamos a lei na câmara, aumentando o aporte da Prefeitura de 20 mil para até 120 mil em unidade de habitação de interesse social faixa 1 e estamos solicitando ao governo federal, a validação de 3 chamamentos que foram feitos em 2015, na Zona Leste, que já tem projeto executivo pronto, já tem área. **Sra. Samira** - Quais são esses? **Sr. João Farias** - Só aproveitando o projeto, são em Itaquera, fala o nome dele. **Sr. Marsura** - 960 mil.**Sr. João Farias** - Fala o nome do projeto, você lembra? **Sr. Marsura** - Bauru, Lajeado e Forte do Rio Negro. **Sr. João Farias** - Bauru é um, Lajeado é outro e Forte do Rio Negro. **Sr. Marsura** - Um é em Guaianazes e o outros são em Itaquera. **Sr. João Farias** - Se conseguirmos reativar esses 3 chamamentos, tenho condições de produzir mais 1568 novas unidades, utilizando o recurso do Santander, tendo a Prefeitura como majoritária no aporte para a construção, invertendo a lógica, ao invés de ser a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura que vai ser a maior apuradora do recurso. Qual que é o problema? A Caixa e o ministério da cidade estão esperando um parecer da AGU, no sentido de verificar a legalidade da Caixa aceitar a inversão do banco com a Prefeitura, porque na verdade é de fato uma inversão, hoje a Caixa entra com 96, o Governo entra com 20 da Casa Paulistana, o Governo Estadual entra com 20 da Casa Paulista. Estou fazendo o inverso, vou entrar com quase 100, o governo estadual vai entrar com 20 e a Caixa a priori, se precisar, não entra nem com nada. **Sr. Marsura** - 16. **Sr. João Farias** - É, estão pedindo 16, mas se ela falar eu aprovo, mas não entro com nada, mesmo assim aceitamos para poder produzir essas unidades. **Sra. Samira** - É sobre o Santander. É que eu nunca tinha ouvido falar de empréstimo, assim, depois que eu tinha anotado, fui olhar, eu fiquei surpresa, isso é comum de acontecer? Porque eu nunca tinha ouvido falar de um empréstimo assim, de banco privado para produção habitacional. **Sr. João Farias** - Veja, é possível fazer, o que você precisa, você precisa ter objeto definido, ele não pode ser empréstimo subjetivo, não posso pegar, vou pegar 500 milhões do Bradesco e vou espalhar pelos orçamentos de várias Secretarias, até posso, se eu estabelecer, vou pegar 500, 100 milhões é para habitação, outros 100 milhões é para a saúde, tenho que ter aprovação legislativa. Não posso fazer um empréstimo desses, sem que a Câmara Municipal me autorize, por isso que teve projeto de lei na Câmara, para aprovar o empréstimo com o Santander. Foi uma ação que chegou num momento muito positivo para a Prefeitura, que tinha uma expectativa muito boa de continuidade de projetos, tinham vários projetos, no FDS inclusive, em discussão em Brasília. A Prefeitura ia precisar aportar nesses projetos, até para que ele se viabilizasse e tinha o Santander oferecendo recursos com uma carência bastante razoável para o município. O que ninguém esperava, é que ia chegar em 2019 e íamos ter essa confusão que vocês estão acompanhando. **Sra. Samira** - Só mais uma dúvida: De quando é o empréstimo? **Sr. João Farias** - 2018. **Sr. Eduardo** - Tinha vários empréstimos, tinha para saúde, tinha para transporte e tinha um valor para habitação. **Sr. João Farias** - Dona Tereza, era isso?**Sra. Tereza**: Posso falar? Então vamos lá, estamos no Conselho, vemos cada coisa, é lamentável as coisas que acontecem dentro das Secretarias, não é Secretário? E lamentamos das vezes, viemos com tanta responsabilidade a construir isso e levar a mensagem da Secretaria de habitação para as regiões de São Paulo, do conhecimento do Secretário e o trabalho do Secretário que é feito dentro das Secretarias, porque não somos qualquer um que vem aqui só para discutir com vocês qual é a meta, acho que nós vamos muito mais além do que uma meta e quando vejo isso publicado no diário oficial, o que aconteceu no ano passado, com o problema do pessoal que veio aqui, que são do Quaresma e hoje vejo o senhor falando esse tipo de coisa, não estou falando que é a responsabilidade do senhor, nós todos que sentamos aqui, que fomos eleitos no Conselho, temos responsabilidades, pode ser o Secretário que for nunca nem perguntamos qual que é a sua religião, qual que é o seu partido Secretário e de nenhum Secretário que vem aqui, mas nós temos que ter responsabilidade com as famílias que vem aqui, com as demandas das regiões, lamento muito, mas quero sentar com o senhor para revermos isso, não como a Tereza do Conselho, como a Tereza das Associações dos movimentos populares e a Central dos movimentos populares, quero sentar com vocês e discutir isso, é sério, não no Conselho, mas quero discutir pessoalmente com vocês, como sociedade civil, quero dizer uma coisa que vimos na colocação que foi colocada no quadro e falar da regulação fundiária e falar das metas, quero passar para vocês que esses dias estive com as famílias que estão sendo atendidas com o auxilio aluguel da nossa região, acompanhei desde o processo, a última reunião foi na segunda-feira, que vão ser atendidos no prédio da COHAB, porque eu vinha acompanhando esses trâmites desta área na Anchieta, porque vai indo para o auxilio aluguel 188 famílias da nossa região que vai ser atendido lá e acompanhei essa semana o trabalho da SEHAB Sudeste e o povo está todo feliz, então estamos acompanhando esse processo lá. Queria perguntar para o Secretário se essa demanda também está na sua meta? **Sr. João Farias** -- Qual? **Sra. Tereza**- A meta do prédio da Anchieta, que vai atender COHAB e auxílio aluguel.**Sr. João Farias** - Está no programa de metas também, da Anchieta. Está no programa de metas. **Sra. Tereza**- Quando você coloca aqui uma demanda do Heliópolis também, hoje resolvi falar do meu umbigo também, como somos conselheiros da cidade e não somos conselheiros do umbigo, mas como as coisas estão apontando para a nossa região, também quero acompanhar esse processo, quando falo assim, prioridade, aonde vai ser a prioridade nos próximos recursos? Quando falo de conselheira da cidade, falo de prioridade para toda a cidade, quando o senhor está discutindo com a COHAB ou em outros lugares da Zona Leste, acho que seria legal, como proposta técnica e política, nós como conselheiros e estamos aqui ou não conselheiros, que acompanhássemos esse processo junto com vocês, para não acontecer o que aconteceu com o Quaresma, não pode acontecer esse tipo de coisa dentro desse Conselho que é respeitado fora e dentro de São Paulo, é visto como o melhor Conselho, não é isso Ana? **Sra. Ana**- Sim. **Sra. Tereza**- Respeitado, e deixar acontecer um tipo de coisa que está acontecendo dentro desse Conselho, sou da Executiva e quero respeito e quero que veja como que vamos caminhar de hoje em diante senhor Secretário, te respeito muito e respeitei muito os Secretários que aqui passaram. **Sr. João Farias** -- Dona Tereza, acho que essa discussão do Quaresma para mim, já é uma discussão superada. **Sra. Tereza**- Pra mim não está. **Sr. João Farias** - Veja, do que foi feito, não estou dizendo que é superada a questão das famílias do Quaresma, são coisas distintas, a família do Quaresma, vou me dispor a sentar a qualquer momento para tentar encontrar uma saída para ela e como todas as outras que estão aguardando para atendimento habitacional, o que digo que está superado, é a história do porque que foi a família do São Francisco para o Chafariz de Pedra e não as famílias do Quaresma, é isso que estou dizendo que está superado, porque é aquela explicação que já dei e não preciso repetir aqui. O Anchieta A e B, estamos falando de 376 unidades ao final, nele, lá é 50% de demanda da COHAB, que é demanda aberta e 50% de demanda da Secretaria de Habitação, que é demanda de área de risco, gente que está de auxílio aluguel, porque foi removido de área de risco e está aguardando atendimento, e estou a disposição da senhora para conversamos. Quero dizer que respeitamos muito o Conselho Municipal de Habitação, ele tem um papel fundamental, não só ele, como todo e qualquer outro Conselho que tem no município, que tenha a participação da população, hoje me reuni com o Conselho Gestor da Operação Urbana Água Branca, semana passada tive com o Conselho Gestor do Quero Looks. Ou seja, ele está se reunindo constantemente com os vários organismos de participação que tem na cidade, além de estar recebendo diversas entidades do Movimento de Moradia de São Paulo, hora representados por entidades, hora movimentos que vêm acompanhados por parlamentares, o que mais faço aqui no meu cotidiano, é estar atendendo lideranças do Movimento de Moradia, pessoas que lutam pela causa de habitação e vou continuar fazendo isso. E agora, às vezes pareço muito bravo, porque sou meio contundente, é porque sou assim, sou muito objetivo, não tenho dificuldade de falar, não é não, sim é sim e não tenho a dificuldade de falar a verdade. Essa história do Quaresma, é uma história que ficou meio confusa, mas é muito objetivo, não atendemos porque não podíamos atender, se pudesse atender, tinha atendido, não tem mistério. **Sra. Tereza**- Vamos discutir. **Sr. João Farias** - Não, podemos discutir aonde será atendido, porque posso dizer para a senhora, que não adianta discutirmos ser atendido no PAC. **Sra. Tereza**- Não, o senhor não precisa me responder hoje, mas na próxima reunião. **Sr. João Farias** - Pois não, Vanessa. **Sra. Vanessa** - Queria falar, não sou conselheira, mas queria fazer um...**Sr. João Farias** - Mas abro uma exceção, você é a nossa diretora, deixo você falar, pronto. **Sra. Vanessa**- Boa tarde a todos, meu nome é Vanessa. Primeiramente, queria falar dessa história do Quaresma Delgado, não só do Quaresma, mas como todas as áreas, acho que a criterização das áreas que serão atendidas, elas precisam ser esclarecidas e como elas serão esclarecidas no sistema? Por quê? Não adianta eu falar que o Quaresma Delgado vai ser atendido no lugar A ou B, ele existe como risco, existe como família a ser atendida, mas ele não tem uma demanda vinculada a ele, para que eu possa fazer esse atendimento, então assim, entendo o pleito de vocês, estou falando como DEPLAN, como SEHAB, o pleito de vocês como atendimento é legitimo, mas a vinculação dessa demanda não foi discutida dentro de um parâmetro coerente, peço desculpa para vocês, mas não existe, o cronograma que foi apresentado na última reunião em que eu apresentei o cronograma, estamos terminando as vinculações frente ao que já temos de empreendimentos, porque não adianta eu falar que vai João, vai Eduardo, vai Fulano, Cicrano, Beltrano para a unidade X, sendo que tem vários programas do Minha Casa, Minha Vida que não tenho mais para aonde levar, tem empreendimentos que não vão sair, não tem recurso, então assim, estamos o Secretário, Secretário adjunto, eles estão buscando recurso para que possamos viabilizar junto com obras, os empreendimentos que estão parados, mas não adianta esperneamos, sendo que não tem para aonde levar hoje, hoje estamos fazendo um esforço junto com todas as DTSs, que são os trabalhos sociais do Sudeste, Leste, Sul, Extremo Sul, para determinar para aonde vão as demandas hoje, que já estão vinculadas e o plano diretor estratégico foi aprovado, o PMH hoje, vai ser discutido, dentro do PMH, existem as análises por quadriênio, que serão apontadas as priorizações, no primeiro PMH que foi aprovado até 2012, existiam as micro bacias, os atendimentos por micro bacias com relação a risco e a isso foi abarcado dentro do PMH hoje, em discussão, em que o PMH vai ser tratado por quadriênio, dentro do plurianual, então você vai ter um orçamento a ser atendido e isso vai ser discutido. Então o momento que o PMH for aprovado, vamos poder fazer a elegibilidade e o atendimento das famílias, falar assim, a família tal, dentro do quadriênio tal, é possível de ser atendida, mas isso dentro do entendimento da área que ela está atendida, que chamamos de núcleo habitado, que é dentro do Habita Sampa, Heliópolis, Quaresma Delgado, Ponte dos Remédios, Jaguaré, essas demandas vão ser dentro de um critério de elegibilidade, para que isso não volte acontecer. **Sra. Fátima**- Só uma questão aqui, primeiro, não sou conselheira do Quarema Delgado, sou conselheira municipal da cidade de São Paulo. Então estamos tanto defendendo aqui eles, como se fosse qualquer outra demanda, como também veio aqui, o pessoal do Diogo Pires, outras demandas que vieram aqui, então para deixar bem claro isso. Está bom? **Sra. Vanessa** - É que estou falando no geral. **Sr. Eduardo** - Mais alguma questão? Depois desse debate. Sr. João Farias - Mais alguma questão que não esteja na pauta? **Sra. Samira**- Não, voltando para a pauta, só para lembrar vocês de nos passarem as informações para nós referente a todas as metas. Não só da produção de unidade. **Sr. João Farias** - Está certo. Antes de você entrar no Item 3, Dudu, preciso me retirar, você vai tocar aqui. Só pedir para a Fátima quando acabar aqui, você sobe lá para falar com a Graça para pegar a data. **Sra. Fátima**- Sim. **Sr. João Farias** - Gente, boa tarde a todos. **Sr.- Eduardo** - Então, próximo ponto de pauta. **Sra.- Ana** - Próximo ponto é o Item 3, proposta de criação de grupo de trabalho no âmbito do CMH, para estudar e debater programas habitacionais no âmbito do município de São Paulo, tais como: Parceria Pública Privada - Entidades, programa de locação social e outros, Secretário Eduardo. **Sr. Eduardo**- Não, acho que a proposta pra mim é autoexplicativa, já temos experiência aqui no Conselho, de realização de vários grupos para tratar de questões de interesse, gostaríamos que o Conselho já participasse desde o processo de elaboração, então nesse sentido que achamos que o grupo vai nos ajudar, até a Conferência municipal, já de lançar programas e legislações que sejam mais perenes e que nos ajude no ordenamento das políticas habitacionais, aqui no município de São Paulo. Então o esforço é isso, precisamos ampliar o número de programas, só estávamos com Minha casa, Minha Vida, como grande esteio, com essa questão que não está clara, porque o problema do Governo Federal hoje não é só um problema de recurso, é que o fim do Ministério das Cidades, isso ficou bastante desarticulado do ponto de vista de Governo. Nós estamos enfrentando problema até de, presta conta. Mas presta conta para quem? Quem assina? Para quem você manda? Quer dizer, houve uma desorganização global. Se chegar o recurso hoje, o Ministério vai ter dificuldade de tocar os processos pela desorganização que houve desestruturação de vários mecanismos que existia quando você tinha o Ministério das Cidades e hoje não está bem claro quem faz o que e como faz. Então nós estamos buscando aprovação do PMH, nós também chamamos os Conselheiros e estamos colocando para que isso seja, já tinha uma primeira Audiência Pública, mas caiu no dia 14, no mesmo dia da grave geral, e até por solicitação dos Conselheiros aqui, nós solicitamos, também entramos em contato com a Câmara para que houvesse uma modificação de data, porque isso vai nos levar, esse debate só inicia em agosto, isso até ponderamos também na reunião com o pessoal, que o adiamento ia ser ter essa consequência.

Mas queremos retomar então essa questão do Plano Municipal de Habitação, de novos programas aqui no âmbito da discussão do Conselho com a Secretaria. E que tudo isso consigamos ter um relançamento dos programas habitacionais de São Paulo, e a Conferência vai ser um espaço importante para que isso fique, independente de Governo tenha uma perenidade e sejam políticas que se desdobrem e dê segurança o que vai ser feito na cidade de São Paulo com relação à habitação. **Sra.- Ana** - Secretário, complementando então a sua fala, entendo que na próxima reunião de sexta-feira, dia 28, onde o ponto de pauta central são as respostas que o Reinaldo Iapequino vem aqui dar aos Conselheiros que fizeram os questionamentos sobre a PPP da Habitação Municipal, vocês receberam ou estão recebendo e receberam por e-mail essa convocatória para sexta-feira às 10h00 da manhã, que é a Reunião Extraordinária. Nós vamos então tratar dessa proposta de criação de grupo e informar aos Conselheiros, que aqueles que tiverem interesse na abertura de um GT para tratar de tudo quanto for tipo de programa habitacional que nos mandem as inscrições através do e-mail da Secretaria Executiva. E também se assinatura da Portaria, fruto do resultado do trabalho deste GT de regularização fundiária, que o primeiro produto deste GT foi a proposta desta Portaria, e que o Secretário irá assinar nessa oportunidade. É isso. **Sr. Eduardo** - Queria também dizer que a Comissão Executiva, se vamos tratar de todas essas questões, nós queremos intensificar as reuniões da Comissão Executiva. Porque nesse período entre as reuniões mais gerais do Conselho, a Comissão Executiva vai ser um ponto de apoio importante para que possamos ir organizando e preparar essas questões. Então já falei com a Ana, apresentamos um calendário de reuniões, mas nós não estamos querendo tratar só com uma reunião a cada dois meses, queremos ter o maior número de reuniões com a Comissão Executiva para que possamos dar conta dessa pauta, e tratando de problemas quando eles vão surgindo. **Sra. Fátima** - A proposta é que mude o calendário que nós já temos. É isso? **Sr. Eduardo** - Isso, nós vamos apresentar um novo calendário da Comissão Executiva. Se tiver essa disposição gostaríamos de intensificar, justamente para que não vá ficando problemas e uma parte das questões não sejam todas levadas para a reunião do Conselho como um todo. O que pudermos resolver no âmbito da Comissão Executiva, então entendo como uma valorização também do próprio papel da Comissão. **Sra. Samira** - Prefiro que pautas mais densas, mais polêmicas continuem no CMH como um todo. Acho que aqui podemos deixar até umas coisas mais simples, mais operacionais mesmo. **Sr. Eduardo** - isso. **Sra. Samira** - As pautas mais importantes, é importante que fiquem no CMH. **Sr. Eduardo** - Não é detrimento do Conselho, é do ponto de vista da ampliação da participação.**Sr. Álvaro** - Boa tarde Álvaro. Acredito se na Comissão Executiva nós conseguirmos trazer para o Conselho alguma coisa mais objetiva, nós vamos conseguir objetivar, ao invés de ficar debatendo aqui todos os detalhes, a Comissão Executiva debate e já traz uma coisa mais traçada, mais objetiva. Aí o Conselho na pior hipótese simplesmente vai endossar o que a Comissão Executiva está fazendo ou reprovar. E acrescentar, que é importante. **Sr. Fátima** - Ou se caso não conseguirmos avançar na Comissão Executiva, que leve também no Conselho Pleno. **Sr. Eduardo** - O centro da deliberação continua sendo o Conselho Municipal, isso não está em questionamento. Agora se nós pudermos ter na Comissão Executiva um trabalho... **Sra. Ana** - Preparatório. **Sr. Eduardo** - Não só de preparação, mas também de apresentação de várias questões que estão acontecendo às vezes no grupo temático e não tem o acompanhamento por parte de vocês. Apesar de que de vários vocês participam também de grupos temáticos. Mas fica uma visão muito fragmentada do conjunto das ações que estão sendo tratadas. Então a ideia é que com o Conselho e com a Comissão Executiva, consigamos ter uma universalização e uma clareza maior do que está se encaminhando. Acho que isso é uma coisa que ajuda os Conselheiros, e ajuda depois no nosso próprio trabalho inteiro. Porque a nossa ideia é de começar produzir o maior de decisões, vamos ser chamados a produzir o maior número de decisões na Secretaria. Para a coisa não aparecer daqui a 60 dias um problema que aconteceu há dois meses, que a Comissão Executiva pode ir cumprindo esse papel, já que é difícil chamar o Conselho com uma maior, pelo número de pessoas que estão envolvidas nesse processo de valorização do trabalho da Comissão Executiva. Então apresentamos uma proposta e aí podemos chamar inclusive uma próxima reunião, vamos ver a data, mas aí tratamos dessa pauta. E a ideia é essa, a nossa ideia é chamar a conferência, ver se conseguimos planejar em novembro. Quem vai querer participar, isso vai gerar um movimento razoável. **Sra. Fátima** - Nós participamos do GT da Conferência e ficou coisa que tinha determinado pela Secretaria trazer para nós os pontos. Nós encaminhamos um processo, estamos aguardando a resposta do Secretário. **Sr. Eduardo** - É que parecia que existia uma dúvida sobre fazer ou não fazer a Conferência. E já tem um tempo grande, aconteceu a última, ocorreram um conjunto de reformulações de políticas. Agora acho que o novo momento que está se vivendo exige um debate mais aprofundado em torno disso. E acho que São Paulo com a Conferência pode dar uma importante sinalização dos rumos de políticas habitacionais dentro dessa nova situação política e administrativa que estamos enfrentando. Agradece e encerra a Sessão.

SGAF - SUPERVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2017-0.073.996-0 À vista do que consta neste processo administrativo e das manifestações técnicas que acolho, e no uso das atribuições a mim delegadas pela Portaria 63/2019-SEHAB **AUTORIZO** a emissão de nota de reserva com transferência, para a Unidade 21.10, no valor de R$ 165.912,00 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e doze reais), conforme fl.(s) 57, para pagamento da desapropriação do imóvel situado a Rua Antonio Julio dos Santos, 683 – SQL 171.025.0031-8 – Plano de Urbanização e Canalização do Córrego Jardim Colombo, aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB Resolução 002/2019 do onerando a dotação nº 98.14.16.451.3002.3354.44905100-08.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2018/0001017-4

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

RETIFICAÇÃO

I - Fica retificado o despacho publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 23/08/2019 página 22.

Onde se lê: "À vista dos elementos constantes ... início da vigência: 29/10/2019 e **166/2019-HSPM,** objeto: fornecimento de **MATERIAL PARA O SERVIÇO TÉCNICO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM),** detentora: J BRILHANTE COMERCIAL LTDA-EPP (CNPJ: 06.910.908/0001-19), início da vigência: 29/10/2019".

Leia-se: "

À vista dos elementos constantes ... início da vigência: 29/10/2019 e **166/2018-HSPM,** objeto: fornecimento de **MATERIAL PARA O SERVIÇO TÉCNICO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM),** detentora: J BRILHANTE COMERCIAL LTDA-EPP (CNPJ: 06.910.908/0001-19), início da vigência: 29/10/2019".

II -Publique-se.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 6210.2019/0002346-4 HSPM. Contratada: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO – APAE-SP.**Objeto: Realização do teste do pezinho básico.. Prazo: 12 (doze) meses a partir de 21/08/2019.

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO

NOTIFICAÇÕES

PROCESSO Nº 6210.2019/0006257-5

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 3023, a empresa **MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA ME** fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R$ 6,57 (seis reais e cinquenta e sete centavos), que corresponde a 1% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula Oitava – Das Penalidades, item 8.1, subitem 8.1.3 da ATA de Registro de Preço nº 214/2018 – SMS.G, Processo nº 6210.2019/0006257-5.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmprotocolo@hspm.sp.gov.br ou protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 60, 2º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

ATA N.º 05/2019 – 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, reuniram-se sob a Presidência do Sr. Everaldo França, os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM abaixo assinados, na sede do Instituto, sito na Avenida Zaki Narchi, nº 536, Vila Guilherme. 01: Tratativas da Reunião: a) Foi sugerido pelo Superintendente que se agendassem datas mensais até dezembro/2019 para realização das próximas reuniões; o presidente do Conselho sugeriu então, que sejam realizadas as reuniões nos dias 19/09; 23/10; 26/11 e 18/12/2019; b) O Superintendente abordou a questão dos imóveis adjudicados e informou que será feita a contratação da empresa CPOS, que irá avaliá-los e que a venda poderá ser feita sem autorização legislativa, mediante licitação; comentou ainda sobre as providências que estão sendo tomadas sobre os imóveis invadidos e em situação mais complicada; c) quanto aos imóveis recebidos em dação em pagamento, no caso de dois deles, Casa Amarela e José Bonifácio, está sendo providenciada a retomada via judicial; o Conselheiro André questionou se não corremos o risco de ficarmos com um problema com relação a esses imóveis retomados e que estão invadidos; o Conselho então, solicitou providências no sentido de oficiar o Procurador Geral do Município quanto à propositura de ações de reintegração de posse; à Defesa Civil quanto às condições dos imóveis e à Comissão de Avaliação constituída pela Portaria/PREF nº 28 de 18/01/2018 quanto à transferência definitiva dos imóveis para a PMSP e à Superintendência do IPREM quanto ao envio de equipe técnica para constatar as condições dos imóveis; d) a Conselheira Rosalina pediu esclarecimentos sobre o Comitê Gestor do RPC e em resposta, o Superintendente esclareceu que foi criado um comitê paritário (com 4 membros escolhidos pela administração entre os membros do Conselho Fiscal e Deliberativo do IPREM e outros 04 indicados pelo patrocinador); a Conselheira Rosalina registrou seu protesto sobre a forma com que se deu a criação deste Comitê, se referindo à falta de transparência e diálogo por parte da Administração atual revelando desta forma, um autoritarismo e descaso como o atual governo trata os servidores públicos; e) o Conselheiro José Carlos questionou sobre a realização do curso CPA-10, ao que o Superintendente informou que a contratação está em andamento; f) o Conselheiro Marcos questionou sobre a reforma da Previdência, se irá afetar o município e o Superintendente esclareceu acerca da questão da inclusão de estados e municípios nesta reforma; g) O Superintendente expôs a evolução da receita após a implementação da Lei 17020/18 com a nova contribuição para 14%, que estimou a receita oriunda do servidor em R$ 1.876.741.638,00 contra os R$ 1.471.184.352,00 orçados anteriormente, representando uma diferença de R$ 405.557.286,00 que a Prefeitura deixará de repassar para o Instituto em 2019; g) quanto ao déficit atuarial o novo estudo entregue em julho/2019 demonstrou que este estabilizou-se na casa dos R$ 162 bilhões.

A próxima reunião ordinária do Conselho está agendada para o dia 19/09/2019. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Sessão da qual eu, Helena da Cunha, digitei e assino com os membros presentes do Conselho.

BENEFÍCIOS

EXTINÇÃO DE PENSÃO

6310.2019/0001562-7 - PAULO CELSO DE MOURA SILVA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 07/04/2019.

6310.2019/0001563-5 - JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 23/04/2019.

6310.2019/0001572-4 - LUIZ GARCIA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 05/03/2019.

6310.2019/0001761-1 - MARIA RITA MONTEIRO BAPTISTA - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 25/05/2019.

6310.2019/0001839-1 - DIRCE SALVADOR HIDALGO - À vista das informações e com base no artigo 23, I e parágrafo único do artigo 24, todos da Lei nº 9.157/80, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 28/05/2019.